

**ACTA N.º 33**  
**MANDATO 2005/2009**

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia: -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

**ORDEM DO DIA** -----

1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2009-06-22 e 2009-06-29; -----

2. **DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE:** ---

2.1 Transferência de capital para as Juntas de Freguesia – Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Reparação de passeios em diversas ruas; -----

2.2 Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE -Aprovação da contratação dos empréstimos da Instituição Bancária e da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, bem como das cláusulas contratuais; -----

2.3 Proposta de classificação da Serra de Santa Justa e Pias como paisagem protegida local; -----

3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo; -----

4. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2009 – Apreciação; -----

5. Recurso para o plenário da Assembleia Municipal do indeferimento da Mesa ao recurso apresentado pelo Partido Socialista, sobre a marcação das faltas injustificadas às reuniões de 29 de Abril e 25 de Maio de 2009. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças, com as respectivas rubricas. Presentes, também, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, João António de Castro e Paiva Queirós, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro da Assembleia Municipal João Paulo Rodrigues Baltazar sendo substituído pelo Membro da Assembleia Municipal Idália Moreira Marques. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra ao público não se tendo verificado intervenções, dando, de seguida, a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado José Luís Sousa Gomes** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
“As perguntas que eu tinha a fazer era ao Senhor Presidente da Câmara, não sei se ele vai estar presente, ou se tem o seu substituto, mas pela disposição das cadeiras parece que não vai estar presente. Mas, hoje seria importante a presença quanto mais não seja se calhar para dar a despedida. Gostava de Saber se o Senhor Presidente vai estar ou não. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que o Senhor Presidente, por motivos de agenda, não iria estar presente sendo substituído pelo Vereador José Luís Pinto. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
“Tinha três questões para levantar antes da Ordem do Dia. -----

O primeiro ponto tem a ver com o parque que foi inaugurado, o parque da SOCER, e as informações que vêm no Jornal de Notícias, pelo menos foi esse o jornal que eu li, levantam-me algumas dúvidas de todo este processo. Quando foi do licenciamento daquela urbanização eu fiz um Requerimento à Câmara, e depois perante esse Requerimento tive uma reunião com o Senhor Vereador do Urbanismo, onde ele me disse que o processo ia ser reformulado, e que a empresa ia dar como contrapartida esse parque de lazer. -----

Segundo informações que vieram no Jornal de Notícias quem fez esse parque de lazer, pelo menos foi custeado pela Câmara, há qualquer coisa aqui que não bate certo. -----

A pergunta que eu quero fazer é, se aquele terreno onde está o parque de lazer é público ou é privado? E segundo qual foi a participação que a Câmara teve, monetária, nos custos daquele parque? E terceiro de futuro quem é que vai usufruir daquele parque? Quarta pergunta porque é que não foi cumprido aquilo que perante foi o licenciamento de toda a obra do parque de lazer seria custeado, porque era terreno deles, seria custeado pela SOCER, porque é que não foi custeado, a ser verdade porque é que isto não foi cumprido o processo de urbanização? -----

O segundo ponto tem a ver com um problema que existe em Ermesinde na Rua da Índia. -----

Segundo informações que me chegaram a Câmara já foi avisada há dois meses de um caso de uma garagem que está ao abandono, que habita lá, dorme lá um ser humano, devemos ser sensíveis do que está a acontecer, mas esse ser humano que deve ser tratado como isso, aquele local, como é

um local com muita gente à volta, a população tem levantado esse problema, julgo que já o fez chegar à Câmara, é preciso resolver aquele problema. O problema de salubridade dessa garagem que está ao abandono, é particular mas está ao abandono, e o problema, também, daquele ser humano que lá está a dormir durante a noite. -----

Gostava de saber se a Câmara tem alguma acção, porque eu julgo que já chegou ao conhecimento da Câmara. -----

O terceiro ponto tem a ver com o regulamento que esta Assembleia, contra a minha e da CDU, aprovou, que é o regulamento de publicidade de afixação de propaganda política eleitoral. -----

A CDU já recebeu um ofício o ano passado para retirar um cartaz que estava colocado no Alto da Serra de Valongo. -----

Começou a pré campanha, começou a campanha e todos os sítios onde esta Assembleia aprovou onde não se podia propaganda eleitoral, em todos esses sítios foi colocada propaganda eleitoral, no meu ponto de vista bem porque cumpriu-se a Constituição, o que não cumpre a Constituição é o regulamento que esta Assembleia Municipal aprovou. -----

Aquilo que eu quero perguntar é à Câmara se oficializou, como oficializou a CDU, para a retirada dessa propaganda em sítios onde não pode ser colocada? E perguntar à Mesa porque é que não faz, porque não exige da Câmara que cumpra o regulamento que esta Assembleia Municipal aprovou.

**O Senhor Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“A Câmara de Municipal foi recentemente, e mais uma vez, distinguida com uma menção honrosa, atribuída por um júri de prestígio. Trata-se da sétima distinção pública de projectos ambientais, o que muito deve honrar esta Assembleia, a Câmara Municipal e todos os cidadãos do concelho. -----

A propósito deste reconhecimento, vale a pena referir que a nível de ambiente há um histórico de menções e prémios nacionais e europeus, que têm vindo a distinguir publicamente, a importância e eficácia de projectos ambientais desenvolvidos pela Autarquia. -----

A estratégia implementada no ciclo político encabeçada pelo Dr. Fernando Melo, baseada numa perspectiva de intervenção global e inovadora (ainda que certamente sujeita a condicionantes e a um esforço máximo de rentabilização de meios), e inteligentemente apoiada numa rede de parcerias desde a década de noventa, com universidades e associações, obtém assim um êxito assinalável, que muito tem contribuído para a projecção de Valongo neste domínio. -----

Várias foram as áreas de intervenção ambiental alvo de distinção ao longo dos últimos 16 anos – os resíduos em 1994 e em 2001 – Prémios Cidades Limpas; a Conservação da Natureza em 1998 – Prémio Ambiente (menção honrosa); salvaguarda Sítio Rede Natura, em 2003 – Green Days; a preservação do Património Geológico em 2005 – Prémio Conservação; os

Recursos Hídricos, Rio Simão, em 2007 – Prémio Nacional Boas Práticas Locais, categoria ambiente; e agora, em 2009, a manutenção dos ecossistemas fluviais e a mobilidade sustentada, com o corredor ecológico. – Sobre este último prémio gostaríamos que a Câmara Municipal expusesse directamente o seu conteúdo. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Como é do conhecimento de todos os presentes, no próximo dia 11 de Outubro, teremos eleições autárquicas, sendo a presente Assembleia provavelmente, a última reunião deste mandato. -----

É, para nós, uma oportunidade de reflexão e, sobre tudo, de balanço daquilo que foi o desempenho deste nosso primeiro mandato neste órgão municipal. Será, porventura, o primeiro de muitos, e também por isso um mandato especial. -----

Os Valonguenses quiseram que o bloco de Esquerda tivesse lugar nesta casa e nós soubemos, no meu entender, dar a melhor resposta ao desafio. Não foi fácil, mas pensamos ter cumprido com todos os que nos confiaram esta tarefa. -----

O BE tem demonstrado uma outra forma de fazer política no país e, sobre tudo, neste concelho. Uma política com coerência no discurso e, sobre tudo, com coerência na actuação. -----

E os Valonguenses sabem disso e renovam a sua confiança no Bloco. Aliás, se alguém tem dúvidas acerca desta afirmação, basta ver os resultados das duas últimas eleições – Europeias e Legislativas – em que o Bloco consolidou a posição de terceira força política no concelho com mais do dobro dos votos. -----

Pensamos, por isso, que estivemos à altura das responsabilidades que os cidadãos nos confiaram e ganhamos força com a experiência adquirida. -----

Pusemos as pessoas em primeiro lugar e , ao lado delas, lutamos pelas suas aspirações. -----

Assim aconteceu quando os pais das alunos das escolas da Bela, Sampaio e Gandra em Ermesinde reclamaram da falta de cantinas para os seus filhos. – Assim aconteceu quando a Lear encerrou as portas e deixou mais de 1000 trabalhadores no desemprego. -----

Assim aconteceu quando apresentamos uma moção contra o aumento unilateral das tarifas dos parquímetros. -----

Assim aconteceu quando foi preciso impedir a entrega do serviço de recolha de resíduos a uma empresa privada, sem respeito pelos Eleitores e dos próximos Eleitos. -----

Assim aconteceu quando foi alertar para a necessidade de criação de um gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica. -----

Assim aconteceu quando foi preciso propor medidas para o combate à crise social. -----

Assim aconteceu quando propusemos nesta Assembleia a constituição de uma comissão de acompanhamento dos bairros sociais. -----  
Várias outras iniciativas tiveram também o nosso cunho. Não viramos a cara à luta e às causas das pessoas. -----  
Assim aconteceu nas reuniões das Assembleias, nas reuniões das comissões, nas reuniões de líderes e em todas as ocasiões em que foi preciso defender os interesses daqueles que representamos e que em nós acreditam para essa tarefa: os Valonguenses. -----  
Infelizmente, ainda não temos a força suficiente para inverter a triste realidade em que vive o nosso concelho. Segundo os dados avançados pelo Observatório para o desenvolvimento Social e Económico da Universidade da Beira Interior, o município de Valongo, baixou 39 posições no ranking das 278 autarquias do continente referente aos índices de qualidade de vida e bem estar. O atraso do concelho de Valongo é cada vez maior. Não é mais possível esconder ou aligeirar as responsabilidades de todos aqueles que têm gerido o município. O actual executivo camarário, liderado pela coligação PSD/PP, tem demonstrado desorientação, desgaste, impotência e, sobre tudo, desmotivação. -----  
Vive enredado nas quezílias e nas intrigas políticas, nas demissões de vereadores e nas retiradas de competências, e nas disputas de poder, na falta de sensibilidade social. -----  
O principal desafio do Bloco de Esquerda foi, precisamente, mostrar que existe outra forma de estar e de fazer política. Mostrar aos Valonguenses que é possível um outro rumo para o nosso concelho. Á por isso que vamos lutar e é por isso que, em breve, regressaremos a esta Assembleia mais fortes e combativos para todas as lutas e todos os desafios. -----  
O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----  
“Relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Alberto Poças sobre o prémio do ambiente, de facto foi mais um prémio ganho pela Câmara que vem um bocado na senda dos anteriores. -----  
Tal como tinha referido a Câmara tem feito um trabalho reconhecidamente positivo na área do ambiente. -----  
Aliás, até foi muito curioso, porque no dia 27 de Agosto veio um grupo de pessoas visitar o nosso Centro de Interpretação Ambiental, na serra de Santa Justa, esse grupo de pessoas foi encabeçado pelo actual Deputado do Partido Comunista, e que é também candidato à Assembleia da República, Jorge Machado. -----  
Foi-lhe feita nesse equipamento uma apresentação do próprio equipamento, e foi explorado toda a temática da conservação da serra de Santa Justa e Pias, as valências que têm, aquilo que tem sido feito, o esforço de classificação da área. E, de facto, foi com muito agrado que registamos que o Deputado Jorge Machado, do Partido Comunista, mostrou o seu apreço, e

reconhecimento expresso, acerca do trabalho realizado pela Câmara Municipal, em devido tempo, ao assumir responsabilidades em matéria que não era de sua competência directa. -----  
Esse trabalho, acha ele, permitiu suster um processo de degradação evolutivo desde a década de noventa e inverter essa tendência. -----  
Também aproveitou para lamentar a inoperância do Poder Central face a estes assuntos, um assunto deste importância, e mostrou toda a sua total disponibilidade para apoiar todas as medidas de salvaguarda e preservação que se queiram implementar. -----  
Sobre o prémio propriamente dito, é um prémio de reconhecimento, foi criado em parceria com a QUERCOS e com a Agência Portuguesa do Ambiente. ----  
Trata-se de um projecto pioneiro no nosso país com o intuito de promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e desenvolvendo projectos verdes. ----  
O prémio visa premiar e dar visibilidade a pessoas e, ou, a entidades que pela sua criatividade em projectos ambientais e desenvolvimento sustentável, dão o seu contributo na preservação do ambiente, apresentando-se como veículos de acção e informação, com mensagens de pró sustentabilidade, incentivando assim uma postura positiva no comportamento cidadãos relativamente à sustentabilidade ambiental. -----  
Puderam candidatar-se a este prémio empresas, organizações não governamentais, associações, estabelecimentos de ensino e investigação, a administração pública, a administração local, gabinetes de projectos, grupos de comunicação e cidadãos em nome individual. -----  
O prémio contemplou as categorias de investigação e desenvolvimento, comunicação e projecto, tendo sido nesta última que a Câmara de Valongo se distinguiu. -----  
Os projectos a concurso foram apresentados por um júri constituído por personalidades de reconhecida idoneidade intelectual e credibilidade académica científica empresarial, presidido por um representante indicado pelo Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. -----  
O projecto em si, o corredor ecológico, foi avaliado segundo vários critérios, designadamente: o impacto do projecto nas componentes ambiental, económica e social; repercussão do projecto no comportamento e na altitude dos cidadãos; a aplicação de práticas inovadoras para a minimização de consumos de energia e água, materiais, e para a redução da produção de resíduos e outras emissões, incluindo gases com efeito de estufa; relação entre os benefícios gerados e os custos associados ao projecto; e a reprodutibilidade do projecto. -----  
O projecto, corredor ecológico, apresentado pela Câmara de Valongo mereceu o reconhecimento da segunda edição dos Green Project Awards 2009. -----

Neste certame que foi disputado por mais de uma centena de projectos apresentados por prestigiadas instituições e empresas das mais variadas áreas, a Câmara Municipal de Valongo foi a única autarquia do país que se distinguiu. -----

A cerimonia de entrega dos prémios teve lugar na Culturgest, no passado 15 de Novembro, contou com a presença dos Ministros da Economia e Inovação, do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, a Câmara Municipal esteve representada pelo Dr. Fernando Melo – Relativamente à questão do regulamento, o Deputado Deolindo Caetano, colocou três questões, há aqui duas as quais eu vou mandar averiguar porque não temos o conhecimento aqui. -----

Uma delas é porque é que os lugares que não podiam ser ocupados por regulamentos de carácter político, estão ocupados, nós não tínhamos essa informação, ninguém nos tinha ainda notificado, mas vamos mandar ver essa situação. -----

Sobre a questão que falou na Rua da Índia, em Ermesinde, também vou mandar averiguar, não lhe sei dizer o ponto de situação disso, se nos tivesse avisado obviamente tínhamos preparado. -----

Relativamente à questão da SOCER as perguntas foram três: -----

Quem custeou o parque? A SOCER. -----

Se é público ou é privado? É público -----

Quem vai usufruir daquele parque? A população.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Nós estamos sempre a aprender, eu fiz três perguntas, o Senhor Vereador não me soube responder a duas. Mas, eu nunca vi responder a uma pergunta tão espontaneamente, como foi a pergunta que foi feita pelo PSD, o Senhor Vereador espontaneamente conseguiu responder a uma pergunta que o PSD fez, eu fiz três perguntas e o Senhor Vereador duas não me soube responder. -----

Mas, o assunto não está claro, aquilo que veio no Jornal de Noticias, afirmações do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal custeou aquele parque em 1 milhão 120 mil euros, é o que está no Jornal de Noticias. -----

O Senhor Vereador diz que a Câmara não custeou um tostão, há algo aqui que precisa ser esclarecido. -----

Eu não vi nenhum desmentido no Jornal de Noticias, a gente vai lá e vê a placa que parece que aquilo foi mesmo custeado pela Câmara, ou o Senhor Vereador, ou o Senhor Presidente, ou o Jornal de Noticias não estão a falar verdade. -----

O Jornal de Noticias, segundo afirmações do Senhor Presidente da Câmara, acho que até é um comunicado da Câmara, diz que a Câmara gastou 1 milhão 120 mil, o Senhor Vereador diz que a Câmara não gastou um tostão, algo está errado. -----

Relativamente ao regulamento, isto ainda é pior do que aquilo que eu pensava, eu pensava que todas nós, eu que estive sempre contra este regulamento, que era o único que nem relevava isto porque ele não cumpre a Constituição. Mas, afinal ninguém sabe do que se está a passar. -----

Eu vou relembrar o que é que diz aquilo que a Câmara aprovou, e que esta Assembleia Municipal aprovou contra o meu voto. -----

«Artigo 52 – Não é permitido a afixação de propaganda eleitoral nas áreas constantes no mapa anexo e com os fundamentos dele constantes, o qual faz parte integrante do presente regulamento. -----

ANEXO -----

Proposta de interdição de afixação de Propaganda Eleitoral: -----

Locais em Valongo: -----

Rotunda “Alto da Serra”; -----

Rotunda dos “Lagueirões”; -----

Rotunda saída da A4 e prolongamento até Parque Radical; -----

Rotunda 1º de Maio; -----

Rotunda junto à Câmara Municipal; -----

Rotunda Emídio Navarro; -----

Praça Machado dos Santos; -----

Parque Urbano de Valongo, na Rua da Ilha;» -----

E ninguém conhece, com tantas incidências neste regulamento de não cumprimento, ninguém conhece o que está a acontecer. -----

Mais, e já agora uma pergunta que eu não fiz, diz esse regulamento que o Senhor Presidente da Câmara ia lançar um Edital onde as forças políticas pudessem afixar propaganda política eleitoral. Gostava de saber porque é que até agora, já passaram dois anos depois da aprovação desse regulamento, e a Câmara ainda não publicou nenhum Edital a dizer onde as forças políticas, aquelas que não têm os suportes financeiros que nós vemos aqui, mas aqueles que têm que andar a colar pequenos cartazes, se esses locais estivessem apropriados, a gente teria aproveitado e teríamos gasto menos dinheiro. -----

Gostava de saber, quero também uma resposta da Mesa, a Mesa foi uma das principais responsáveis pela aprovação deste regulamento, eu interpus recurso para a Mesa para ela pedir um Parecer à Comissão Nacional de Eleições, e a Mesa recusou esse recurso. -----

Gostava de saber porque é que a Mesa não faz cumprir o regulamento aprovado nesta Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Era só para prestar aqui um esclarecimento que era importante e tem que servir de base às respostas que nós damos. -----

É impossível, é humanamente impossível perceber e saber o ponto de situação actual dos milhares de assuntos que são tratados na Câmara. -----



É obvio se o senhor me perguntar de um buraco numa rua, só por coincidência é que eu saberei como deve compreender. -----  
Portanto, há aqui informações que não podem ser dadas no momento, vem me falar de um caso concreto na Rua da Índia Portuguesa, por acaso até sei onde é a Rua da Índia Portuguesa, até imagino onde seja essa garagem, mas não é possível ter a informação on line aqui, farei aquilo que me parece adequado registo a sua pergunta e terá com certeza a resposta. -----  
No caos do prémio já é o contrário, normalmente eu trago alguns documentos sobre as coisas que se tem passado recentemente, e como acho que o prémio do ambiente que a Câmara ganhou é um prémio bom para todos nós, não é só bom para a Câmara, é bom para a população porque engrandece o concelho de Valongo, eu trago aqui. -----  
Portanto quando me pediu a descrição do prémio eu não tinha uma intervenção preparada mas tinha a descrição do prémio aqui direitinha. -----  
Nós não podemos dar resposta nunca dar a resposta a todas as questões que aqui são colocadas, mas comprometemo-nos a dá-las em outro momento. -----  
Relativamente à questão da SOCER, o Senhor Deolindo Caetano fez-me três perguntas, respondi às três de uma forma muito directa. -----  
Perguntou-me quem custeou o parque? Eu não lhe disse que penso que foi a Câmara, eu não disse que parte foi a Câmara, eu disse, quem custeou o parque foi o que o Senhor Questionou, eu respondi-lhe foi a SOCER. -----  
Agora se o Jornal de Noticias diz o contrário eu confesso que não posso fazer nada relativamente a isso, porque nem vi sequer essa notícia no Jornal de Noticias. -----  
Sei de uma coisa quem custeou o parque 100% foi a SOCER, e quem pode usufruir é a população não é do condomínio, não é privado, não é da SOCER. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão a Acta n.º 31, do dia 22/06/2009. -----  
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: ----  
“Antes de falar sobre esta acta, eu queria aproveitar a oportunidade queria agradecer a todos os que me apoiaram a mim e à minha família, a solidariedade que me prestaram no recente acontecimento. -----  
Relativamente a esta acta eu queria fazer os seguintes reparos: -----  
Na página n.º 1, mais ou menos a meio, diz que estavam presente trinta e dois elementos, mais a baixo nesta mesma página diz que a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto «2.12 Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha Selectiva e Outros Serviços de Higiene Urbano do Concelho de Valongo – Abertura de Concurso Público, Aprovação do Programa de Concurso e Cadernos de Encargos». Diz, logo a seguir, «Não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e reprovado por maioria

com a seguinte votação dezoito votos contra sendo, catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU, um voto contra do Grupo Municipal do BE, um voto contra do Deputado António Artur dos Santos Pais e um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e doze votos a favor sendo, dez votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal da CDS/PP e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas - tudo somado dá trinta. -----  
 Como é que se entende que feita a chamada responderam trinta e dois, e uns segundos depois, porque este assunto não foi discutido, e então só trinta é que votam. -----  
 Se é tão rigoroso a indicar o nome das pessoas que saem da Assembleia e não votam, pergunto porque é que aqui isto passou assim? -----  
 Na página n.º 6, no fundo, diz «colocou à votação a Moção apresentada pelo BE e anexa à presente acta como Doc.2, que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, e depois descreve-os, e catorze abstenções» - isto somado dá trinta e um. -----  
 Na página n.º 12, a votação do Doc.6 foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto contra e catorze abstenções, tudo somado dá trinta e um. -----  
 Quer isto dizer que desde o princípio até aqui nunca estiveram aqui trinta e dois elementos, estiveram quando muito trinta e um. -----  
 Há aqui irregularidades, que são graves, que põem em causa a legalidade destas votações e a credibilidade da Assembleia, como é que são feitas estas actas? -----  
 Portanto o PS vai, naturalmente votar contra esta acta.” -----  
 A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----  
 “Há aqui um parágrafo, Senhor Deputado, que diz «Verificou-se a falta do membro José Luís Sousa Gomas, não tem sido substituído», o que quer dizer que estavam presentes trinta e um elementos. -----  
 Portanto, durante toda a reunião em todas as votações somando os votos dá trinta e um elementos. -----  
 Está mencionado logo no início quem faltou à reunião, e que não foi substituído.” -----  
 O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
 “O Senhor Deputado Casimiro de Sousa, como é jurídico, andou aqui, não quis ir direito ao assunto, mas como eu sou formado em dificuldades vou mais directo ao assunto. -----  
 O que aconteceu é que houve uma acta onde dezasseis pessoas não votaram um ponto, essas dezasseis pessoas foram mencionadas na acta, e levaram falta. -----  
 Eu recebi em casa uma carta registada, em que dizia que me tinha sido marcada uma falta, estive aqui até à meia hora, mas depois recebi uma carta

em casa a dizer que me tinha sido marcada um falta por eu não ter votado um ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Eu vou votar contra estas duas actas, porque o critério da Mesa foi selectivo, nas três reuniões, das três actas anteriores, a Mesa não foi rigorosa, foi selectiva e tendenciosa. -----

O procedimento que teve com dezasseis pessoas, não teve o mesmo com as pessoas que nas outras duas reuniões que houve a seguir, e o caso não é só de uma acta que está escrito. -----

O caso é, como é que quem faz os pagamentos é Câmara segundo autorização da Presidente da Assembleia, como é que a Presidente da Assembleia vai despachar os pagamentos da última Assembleia que aconteceu em Sobrado, gostava de saber como é que vai ser feito o pagamento, por isso vou votar contras.” -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --

“O que está aqui em discussão é a acta número trinta e um, se há um lapso, não são trinta e duas pessoas, no terceiro paragrafo estavam presentes trinta e uma pessoas, façam essa proposta de alteração, terá havido um erro, um lapso, e acho que é isso que deverá acontecer. -----

Se na primeira votação só estavam trinta pessoas, se a memória não me falha, fui eu que cheguei atrasado. -----

Ou seja, de facto, na primeira votação estavam presentes trinta pessoas, e nas seguintes estavam trinta e uma pessoas. -----

Por isso, quanto à acta 31 eu faço esta proposta de alteração, ou seja, dizendo que estiveram presentes trinta e uma pessoas, e na primeira votação estiveram trinta pessoas presentes.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a acta n.º 31 do dia 22/06/2009 que foi reprovada por maioria com: dezasseis votos contra sendo, catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo da CDU, um voto contra do Grupo Municipal do BE, e catorze votos a favor sendo, onze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e duas abstenções dos Deputados José Luís Sousa Gomes e Manuel Sousa da Silva Cavadas por não terem estado presentes na referida reunião. -----

Foi entregue pelo Grupo Municipal do PS uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

De seguida colocou à discussão a acta n.º 32 do dia 29/06/2009. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: ----

“Também nesta acta apontam-se as mesmas irregularidades. -----

Na página n.º 1 diz que foi feita a chamada mas não diz quantos é que responderam à chamada, quantos estavam presentes quando se deu início a reunião. -----

Na página n.º 38, no fundo, diz que: «a Moção anexa à presente acta como Doc.3 foi aprovada por maioria com trinta votos a favor e um voto contra», portanto estavam cá trinta e um, faltava um que não se sabe quem é. -----

Na página n.º 42, aconteceu o mesmo: «colocou à votação a Proposta anexa à presente acta como Doc.5, sendo reprovada por maioria com dezassete votos contra, nove abstenções e cinco votos a favor», votaram trinta e um e, também, não diz quem é que abandonou a Assembleia, a reunião. -----

Na última página, página n.º 44, na votação do Doc.6 apenas votaram vinte e nove, faltavam três, quem eram? Não está cá o nome. -----

Portanto, tal como a primeira o PS vai votar contra.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria acrescentar a este rol de imprecisões que quem fez o Requerimento á Mesa, para se passar imediatamente à votação, na Proposta de Constituição de Comissão dos Incêndios, foi o Deputado Albino Poças, e não o Deputado João Paulo Baltazar.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a acta n.º 32 do dia 29/06/2009, sendo reprovada por maioria com dezasseis votos contra sendo, catorze votos contra do grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU um voto contra do Grupo Municipal do BE, e quinze votos a favor sendo, doze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor do Presidente da assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e uma abstenção do Deputado António Artur dos Santos Pais. -----

Pelo Grupo Municipal do PS foi entregue à Mesa uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Relativamente, eu não sou advogado de ninguém, mas é bom que se diga que eu julgo que a confusão de alguém que se absteve e depois votou a favor, tem a ver com uma questão de princípio, a pessoa ia-se abster porque não esteve presente nessa reunião. Eu chamei à atenção do senhor Oliveira que na reunião anterior houve elementos do PSD que não estiveram na sessão anterior, e votaram todos a favor dessa acta. -----

É só para dizer que na acta que foi aprovada da reunião, que não houve reunião, por falta de quórum, essa acta quando veio aqui para votação, houve pessoas que não estiveram presentes nessa reunião e votaram a favor, e afirmo aquilo que disse e preciso que reunião é que foi.” -----

O Senhor **Deputado José Luís Sousa Gomes** fez a seguinte intervenção: ---

“Vou usar da palavra porque percebi que era da reunião anterior em que eu por motivos pessoais faltei, eu abstive-me na votação da acta.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 2.1 Transferência de capital para as Juntas de

Freguesia – Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Reparação de passeios em diversas ruas. Não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade com trinta e dois votos. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE -Aprovação da contratação dos empréstimos da Instituição Bancária e da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, bem como das cláusulas contratuais. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
“Todos os pedidos de empréstimo que vêm a esta Assembleia trazem todos o seu destino, este empréstimo não está expresso qual é o destino para que o empréstimo vai ser aqui autorizado. -----

Na reunião que os Líderes Municipais tiveram com o Vereador José Luís Pinto, esta questão foi-lhe posta por mim, ele disse que na altura também não sabia responder. -----

Ficamos mais ou menos com a convicção que este empréstimo é para pagar a fornecedores de dívida a curto prazo, e o Vereador José Luís Pinto ficou de me mandar a relação desses fornecedores, para esta Assembleia ficasse esclarecida no acto de votar, até hoje não recebi essa relação.” -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Este ponto da Ordem de Trabalhos nós não conseguimos perceber qual é a importância, embora, enfim, sendo pedido, como muito gosta daremos, que essa informação até é pública, mas normalmente nós trazemos para os pontos da Ordem de Trabalhos as informações que são relevantes. -----

Eu, custa-me a perceber que dependendo do nome das empresas que estiverem aqui envolvidas possa-se votar de forma diferente, como essa informação não nos pareceu que era relevante não a colocamos aqui na Ordem de Trabalhos. -----

É verdade que eu fiquei de dar essa informação ao Deputado Deolindo Caetano, e até provavelmente, não sei se a Dra. Fátima a terá aí, se a tiver aí Senhora Doutora faça por favor o favor de, está no processo, ainda por cima estava no processo, portanto não percebo qual é a razão porque foi feita esta intervenção.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.2 Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE -Aprovação da contratação dos empréstimos da Instituição Bancária e da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, bem como das cláusulas contratuais, que foi aprovado por maioria com trinta votos a favor sendo, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor

da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e um voto contra do Grupo Municipal do BE, e uma abstenção do Grupo Municipal da CDU. ----  
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“A minha Declaração de Voto vai no sentido de que. -----  
Este ponto aqui, segundo o que nos apercebemos na reunião de Líderes serei para pagar já facturas extraídas, ou delineadas, em termos finais seria para acudir à dívida de curto prazo. -----  
Como nós condenamos a actuação desta Câmara nestes últimos meses de ter uma forma despesista e descontrolada de aumento da despesa, da dívida de curto prazo, que passou de Abril de 7 milhões para Junho em 15 milhões, e agora, recentemente, para 22 milhões, em coerência com a nossa postura e das nossas posições votamos contra este ponto.”-----

-

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 2.3 Proposta de classificação da Serra de Santa Justa e Pias como paisagem protegida local. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Antes de mais eu gostaria de, sobre esta matéria deixar aqui uma coisa pessoal. -----

Eu sempre fui um defensor desta zona, como muitos aqui nesta sala, portanto, não está em causa o apoio e a vontade daqueles que são daqui de Valongo, mas também de Campo e outros sítios, em proteger esta zona do nosso Concelho. -----

A questão não se coloca desta forma, a questão coloca-se da seguinte forma: Recentemente há coisa de uma semana um colega do PSD que me acompanha na Assembleia Metropolitana do Porto, onde coordeno o Grupo de Eleitos do PS. Fez uma Assembleia Metropolitana histórica, aprovou-se a primeira área protegida metropolitana no litoral de Vila do Conde e Mindelo. – É um processo histórico, aliás é feito com a mesma legislação que é trazida hoje aqui neste diploma, e que revela algo de extremamente importante, abre as portas a mais classificações do género, eu julgo que a zona de Arouca vai seguir o mesmo caminho foi agora atribuído um prémio ao Geo Parque de Arouca. -----

Aliás a Área Metropolitana do Porto tem no seu documento estratégico previsto, entre outras áreas, a área da Santa Justa e Pias, como uma das zonas a proteger, no quadro da área metropolitana. -----

Nós hoje estamos aqui confrontados com uma proposta de classificação de Santa Justa e Pias como paisagem protegida local, o que é que isto reflecte? Primeira nota, reflecte algo tão simples quanto isto: que apesar de ser uma crítica eu volto a dizer, eu defendo todos os instrumentos possíveis para defender esta zona. -----

Mas, nós temos que fazer a leitura, o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara não foram capazes de transformar isto num documento local naquele que devia ser um documento metropolitano. -----

É dito aqui no documento que há imensas dificuldades, mas o que é certo é que isso é algo relevante, ou seja o Presidente da Câmara não tem capacidade para afirmar algo que é precioso, é talvez a maior preciosidade deste Município, que é a sua zona verde, no contexto da Área Metropolitana.

Este é daqueles documentos que prova o falhanço rotundo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo. -----

Aquilo que me traz aqui, e eu gostaria desde logo de ser esclarecido, porque nós quando fazemos as coisas devemos fazê-las bem, a Câmara tem aqui muitos funcionários, alguns funcionários bons, e eu só gostava de perguntar porque a leitura que fazemos do Decreto-lei 142/2008, que é o Decreto-lei que dá enquadramento a este documento que temos aqui, e que vamos analisar, e debater, e votar, diz muito simplesmente o seguinte, há duas questões mas uma interessa-me particularmente, diz que, e eu passo a ler: -- «a classificação é obrigatoriamente precedida por um período de discussão pública», eu estive a procurar o documento quando os recebi, já estive outra vez a procurá-lo, já perguntei ao Presidente da Junta de Freguesia de Valongo e de Campo, que são as áreas envolvidas, e ninguém me diz que foi consultado. -----

É importante, eu, perceber se houve ou não houve este período de consulta pública., se não houve este processo está mal instruído, ou seja a Senhor Presidente poupa-nos imenso trabalho, retira o processo desta Ordem. -----

É incontornável tem que ser promovida, a letra do artigo diz o seguinte, a determinada altura o documento refere o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 15, do Decreto-lei 142/2008, e depois remete a determinada altura para o artigo 14º, que no fundo é o modelo de classificação do território nas diversas tipologias: «a classificação é obrigatoriamente precedida de um período de discussão pública, visando a recolha de observações e sugestões sobre a classificação da área protegida, devendo durante o mesmo período ser promovida a audição das autarquias locais envolvidas». -----

A leitura deste artigo é clara ou seja, e é aqui que eu fico, se não foi promovida uma audição pública, se foi devia estar aqui nos documentos o resultado da audição pública. -----

Aliás, este Município é conhecido por ter imensas associações de defesa do ambiente, o Grupo Espeleológico, várias, eu nomeie essas, mas há várias, eu não acredito que essas associações que vivem intensamente esta zona não tenham visto o período de discussão pública. Assim como autarcas, o nosso autarca de Valongo e de Campo, que também não estão particularmente desatentos a uma parte considerável do seu território. -----

A questão é simples foi ou não foi promovida a audiência pública, se não foi Senhora Presidente poupa-nos imenso trabalho retira-se o processo e ele volta para trás.” -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à área do ambiente, de facto, o PS parece que fica muito incomodado, e lamentavelmente já há bocado a posição que tomou relativamente às menções honrosas e aos prémios que foram atribuídos. -----  
Relativamente a esta proposta, ou à pergunta que o Senhor Deputado coloca, logo na parte inicial, na folha dois do processo, no segundo parágrafo diz: «depois de aprovada a proposta, deverá ser dado cumprimento ao estipulado no artigo 14, n.ºs 4, 5 e 6, conforme prevê o n.º 3 do artigo 15, do mesmo Decreto-lei, procedendo-se à abertura do período de discussão pública».

-----  
Ou seja, depois de aprovada, o que está aqui diz que depois de aprovada se vai proceder a um período de discussão pública, agora, a seguir à aprovação. Eu sei que o PS tem todo o interesse que isto não seja aprovado antes das próximas eleições, aliás a bandeira, diremos, do ambiente, se estivessem mais atentos àquilo que é dito, e relativamente aos prémios que são recebidos.

-----  
Há uma dúvida que está colocada e parece-me que está aqui bem claro, depois de aprovado é que vai ser proposta à discussão pública, é o que aqui está.

-----  
Esta situação só foi proposta agora porque, em 2003 o Município fez uma proposta que fosse passada a área protegida a serra de Santa Justa e Pias, isto pertencia ao Governo Central e não conseguiu colocar, só agora a Câmara, com este decreto-lei de 2008, que dá poder à autarquia a Câmara tomou esta posição, e muito bem, se não já a teria tomado antes, como sabe há diligência que são efectuadas já desde 1994, nesta área do ambiente.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“As Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal constituem um património natural de valor incalculável para o concelho de Valongo. Como é sabido, ocupam cerca de 55% da área verde da Área Metropolitana do Porto. -----

A sua classificação como paisagem protegida é já uma velha reivindicação do BE e que só peca por tardia. -----

No entanto, temos que dizer que muito há a fazer para se conseguir esse desejado estatuto. Na, verdade, não obstante o trabalho desenvolvido, o BE não pode fechar os olhos aos aspectos mais negativos e que podem obstar à classificação das referidas serras. -----

Desde logo, pelas grandes quantidades de resíduos sólidos depositados nas bermas e leito do rio ao longo de boa parte do corredor ecológico e na própria aldeia de Couce. -----



A falta de sinalética internacionalmente homologada nos itinerários pedestres definidos também é um dos aspectos a ser repensados. -----  
A necessidade de vigilância permanente é também fundamental para evitar diversos tipos de acções criminosas de que aquelas serras têm sido alvo, desde fogo posto, depósito de lixos até actos de vandalismo. -----  
Nestas matérias a actuação da Câmara Municipal tem sido claramente insuficiente, pelo que defendemos a adopção de medidas adequadas à resolução destes aspectos com vista a facilitar a aprovação da classificação daquele que é o património natural que deve ser motivo de estima e de orgulho por parte dos Valonguenses. -----  
Queria ainda chamar à atenção aqui no documento na página n.º 44, onde diz: «quadro de investimento financeiro 1994/2009», esta questão já a coloquei, isto aqui, porque esta chamada de atenção? Porque de facto não refere aqui os anos em que o investimento da autarquia é feito. -----  
Nós temos aqui um período de tempo de quinze anos, e há aqui um investimento total da autarquia de 2 milhões 941 mil euros, e um custo total de 6 milhões 139 mil euros. -----  
Evidentemente que há aqui uma série de coisas que foram feitas muito recentemente e que obviamente nos leva a concluir que de facto de há oito anos para trás pouca coisa foi feita. -----  
Portanto, só a partir de há oito anos, provavelmente, é que esta Câmara despertou para o investimento nestas serras. -----  
Em conversa com o Vereador na última reunião de Líderes, ele explicou que de facto aquilo que se lembrava era a partir da exposição e ciclo de conferências da serra de Santa Justa e Pias, mais ou menos dos últimos oito anos para cá que é exactamente desde que o senhor Vereador tem o pelouro do ambiente. -----  
Eu acho que devemos ser mais verdadeiros e expor aqui de facto os anos em que se fez o investimento nesta riqueza natural que temos aqui no concelho.” De seguida apresentou uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.4. -----  
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
“Um processo destes, e eu já disse ao Senhor Vereador, um processo destes devia ter antes da discussão pública, a Assembleia Municipal devia ter outro tratamento. Este documento devia ser distribuído a tempo e horas, e algumas questões que devíamos colocar deviam estar, devíamos ter tempo para isso. Mas, mais uma vez com processos complexos tentou-se, enfim, martelar estes processos, é o meu ponto de vista, erradamente se meteu isto na Ordem de Trabalhos. -----  
Mas, também, é bom contar a história toda do processo de classificação da Santa Justa, Pias e Castiçal, este processo vem de um projecto, não este, mas um projecto que foi apresentado na Assembleia da República em 1991/1992, por acaso foi pelos Deputados do PCP. -----

Isto andou a atrasar-se, em 2003 este processo, o seu processo legislativo ficou completo, em 2003 caiu o Governo de Santana Lopes, entrou novo Governo, e por aquilo que sei este processo desapareceu. A Câmara de Valongo teve que reformular o processo enviou outra vez, entretanto o Instituto mudou de nome, e mandou este processo outra vez para o Governo que ainda está em funções. -----

Quando aqui se fala e se critica a Câmara de só agora em cima de mandato apresentar este processo está-se a falar verdade, só que não se está a falar a verdade toda. O projecto de Santa Justa, Pias e Castiçais só falta regulamentar por este Governo. -----

Pergunto porque é que este Governo depois do processo legislativo estar todo pronto, foi aprovado na Assembleia da República, foi aprovado em Conselho de Ministros, só faltava regulamentar, este Governo, houve um Secretário de Estado que não teve tempo para regulamentar. -----

A crítica é feita à Câmara por só apresentar agora em fim de mandato, e ao Governo do PS, do Eng.º Sócrates, por só faltar regulamentar e esqueceu-se, se calhar o projecto já desapareceu outra vez, de devem andar outra vez à procura do projecto, eu julgo que a Câmara tirou várias cópias, se não tem cópias cria aqui um problema. -----

Relativamente à discussão pública eu julgo, é minha interpretação, que depois, e é assim que vai ser os tramites, depois da Assembleia aprovar vai para discussão pública e volta à Câmara, a interpretação que eu faço, e será estes passos que vão ser dados. Vai haver tempo de discussão pública e vai voltar à Câmara para ser aprovado depois da discussão pública, eu gostava mais que a discussão fosse feita pela Assembleia Municipal, mas acho que são estes os trâmites, tenho algumas dúvidas mas não totais como o PS. -----

A minha dúvida, e dúvida forte, tem a ver com os termos que a Câmara aprovou esta proposta, diz assim: «Depois de apreciado o assunto foi deliberado por unanimidade: -----

1 – Aprovar a proposta de classificação da Serra de Santa Justa como Paisagem Protegida Local, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15, do Decreto-lei 142/2008». -----

Eu lendo o artigo 15 com estes números, o que diz é que compete aos municípios aprovar a classificação de áreas protegidas. Áreas protegidas e paisagens protegidas eu julgo que não é a mesma coisa. -----

O que diz o decreto-lei que diz que é área protegida é mais abrangente e protege mais. -----

Por isso, eu julgo que esta deliberação que não está conforme o artigo 15, a deliberação diz que foi aprovada paisagem protegida local, que não está transcrita no artigo 15, o artigo 15 diz classificações de áreas protegidas, eu julgo que não é uma questão de semântica, acho que é, a palavra é bem diferente uma da outra, a minha dúvida é essa.” -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --

“Estamos aqui para discutir uma questão que acho que é unânime quanto à sua validade, a sua importância, mas isto como estamos em fim de mandato e vale tudo, vale até para dizer que o Senhor Presidente da Câmara não tem influência a nível regional. Então, se me recordou da reunião que se passou há uma semana, uma Assembleia Metropolitana, Deputado José Manuel Ribeiro, eu faço o mesmo e recordo-lhe a parte que não se lembrou quando veio aqui. -----

Há uma foi aprovada, como disse, a bem, a paisagem protegida regional de Vila do Conde e reserva ornitológica do Mindelo, área cujas movimentações para que fosse protegida toda aquela região que são 8,5 Km de costa, de zona litoral, para que fosse protegida começou na década de 50, como saberá, mas os restantes talvez não saibam. Esta preocupação e as movimentações que culminaram há uma semana com a protecção desta zona começou na década de 50. -----

Então vamos olhar para o nosso caso e vamos perceber quando é que começaram as movimentações aqui em Valongo para a serra de Castiçais, Pias e Santa Justa começaram. Pelo que vejo começaram em 94 a nível local, e segundo o que veio o deputado Deolindo Caetano, na Assembleia da república no início dos anos 90. -----

Ou seja estamos aqui a falar de uma questão que começou há cerca de 15 anos, sendo que este Executivo, pelo menos o PSD, está no poder há 16 anos, estamos aqui a ver que as movimentações que culminam agora com isto começaram exactamente com o PSD. Sendo que em 97 houve a proposta para que este espaço integrasse a rede natura 2000, em 2003 houve a proposta de classificação desta zona, em 2008 finalmente vem a competência para o Município poder fazer esta classificação, e em 2009 temos esta classificação. -----

Ou seja, é esta a diferença entre Vila do Conde e o Mindelo e Valongo, se calhar se tivéssemos começado, não digo em 50 ou 60, mas se calhar em 70 ou 80, se calhar as coisas já estariam noutra pé. -----

Agora eu vou-lhe recordar quanto à reunião de há uma semana, eu queria-lhe dizer o seguinte, o Dr. Emídio Gomes teve oportunidade de referir quais serão as próximas zonas protegidas, pelo menos que será a vontade da Área Metropolitana do Porto, e essas são duas zonas, Arouca com a serra da Freita e Valongo com Santa Justa, Pias e Castiçais. -----

Se calhar a influência do senhor Presidente da Câmara, se calhar a influência e importância da nossa mancha verde não está assim tão esquecida. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não ia intervir sobre este assunto da Ordem do Dia por um motivo muito simples, acho que a discussão de um documento destes não deveria ser enviados para os Deputados numa quinta-feira ao fim da tarde, para ser discutido numa segunda-feira, Isto é um documento muito importante, e mais

sei também que a reunião com os Líderes foi nesse dia às nove horas da noite. -----

Eu recusava-me, ia votar contra, embora defendia claramente a classificação desta área, ia votar contra indignado com esta posição da Câmara, mais uma vez a Câmara nos apresenta grandes proposta para o Concelho desta forma. Mas, há aqui questões formais que eu não posso deixar passar, não há dúvida nenhuma a lei é clara, a aprovação da proposta tem que ser precedida de uma discussão pública, e ou a Assembleia não vale nada e isto é retirado. -----

O Deputado Caetano disse o seguinte ela é aprovada vai a discussão pública e depois vai à Câmara, e estranhamente não vem à Assembleia, vamos supor que há um movimento forte de alteração dos limites? Então nós tínhamos aprovado uma coisa e depois não tínhamos nada a dizer sobre a mesma coisa? Portanto, isso não pega. -----

É verdade, e eu já me indignei há uns meses atrás com uma proposta do género, já não me recordo, que tinha que haver discussão pública, já não que proposta e se houve discussão pública, mas também aprovada desta maneira. -----

Portanto o que eu propunha para ultrapassar este impasse era que se alterasse a parte final e disse-se o seguinte: Aprovar o envio para discussão pública da proposta de classificação, após a discussão pública, toda a documentação gerada por essa discussão pública, ira à Câmara e trazida à Assembleia. Eu julgo que ultrapassávamos, se não faz sentido, não estamos aqui a fazer nada, não devíamos aprovar. -----

Porque a discussão pública ou não vale nada, é lei é uma brincadeira democrática, fingimos que fazemos e não fazemos nada, a valer alguma coisa, como eu julgo que vale, e julgo que todos nós achamos que é muito importante que as organizações, que as autarquias, que o público em geral tenha voz quando se discutem estes assuntos. -----

Portanto, a ser assim, nós aprovamos mandar este documento à discussão pública, ela é discutida, após a discussão virá outra vez à Assembleia para ser de facto aprovado definitivamente.” -----

De seguida entregou uma Proposta à Mesa que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Há Senhores Deputados que no decorrer destes quatro anos nos habituaram, quer pela sua preparação académica, quer pela sua forma de ser, a preciosismos de rigor nas suas intervenções, é legítimo e acho que deve haver rigor na vida, mas há ocasiões também que o rigor é inimigo do progresso. -----

Eu quero apenas dizer que este processo que está a ser discutido, é um processo extremamente complexo, e mexe com várias situações, algumas delas até de interesse político. -----

Quero lembrar que já em 1998/99, houve uma proposta apresentada na Assembleia Metropolitana, por um Senhor Deputado do PCP, que visava precisamente este problema da serra de Santa Justa, devo dizer que essa Assembleia era presidida por um elemento do PS. Foi criada uma comissão para esse efeito e até ai fim dessa legislatura não foi possível dar um passo nesse sentido. -----

Isto apenas para dizer que é um processo que mexe com muitos problemas e provavelmente nessa altura, estamos a falar de 98/99, não foi alheio para não ser implementado esse movimento para esta classificação da serra de Santa Justa, não foi alheio o facto da Câmara de Valongo ser presidida por um PSD, a Câmara de Gondomar na altura ser presidida por um PSD e a Câmara de Paredes ser presidida por um PSD.” -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** fez a seguinte intervenção: ---

“Era só para chamar à atenção aqui do seguinte, é que há problemas nos limites na serra de Pias, entre Valongo e Paredes. -----

Foi pedido há uns anos pela Câmara de Paredes, esse processo terminou há pouco tempo, terminou está quase no término, até à linha do caminho-de-ferro. Portanto, da linha do caminho-de-ferro para cima para a serra der Pias ninguém pediu a rectificação das extremas, eu sei, penso que o Instituto de Cartografia que vai limitar com uma linha recta, ao ser assim o concelho de Valongo fica latamente prejudicado. -----

Eu queria chamar à atenção, é a minha última intervenção nesta Assembleia, queria deixar registado, que a Câmara Municipal, estes processos têm custos, e quem custeou o processo que andou até agora 7, 8, 9, 10 anos, penso que andamos há 10 anos com isto, entre Recarei, Gandra, há lá uma parte que ficou mal corrigida, com prejuízo para Gandra, mas Gandra é que terá que reclamar. -----

Essa parte está definida até à linha do caminho-de-ferro, e sei que a Câmara de Paredes é que pagou, portanto esse processo, a Câmara de Valongo terá que pedir ao Instituto, os vossos técnicos sabem como é que se processa este assunto, acho que é de extrema importância, e acho que antes de avançarmos com alguma coisa, com alguma votação para este documento, primeiro era importantíssimo resolver este problema das extremas, na minha opinião. -----

Também queria dizer que já desde 1988 se fala na serra de Santa Justa, lembra-me de ter intervenções, o Dr. Carlos Lage trazia isso muito a público, vai acontecer como ao outro vamos fazer tanto pelo menino que vamos acabar por o matar, a Santa justa fala-se tanto, há 20 ou 30 anos, e eu penso que pouco se irá fazer, porque a Santa Justa é Santa Justa. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Só tentar esclarecer um bocado algumas das questões, eu espero não me tenha escapado nenhuma, -----

Em primeiro lugar na sequência da intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, eu gostava de dizer que de facto nós não conseguimos tornar esta classificação de âmbito regional, não conseguimos, tentamos. -----

Reconhecerá, com certeza, Senhor Deputado que nós preparamos um processo que foi reconhecidamente bem, muito bem instruído, foi assim que foi classificado pelo ICN na altura e ICNB agora. E foi o ICN, juntamente com o Governo, que tentou connosco sensibilizar os outros concelhos a entrar neste processo. -----

Portanto, eu devolvia-lhe Senhor Deputado, com sinceridade, o Senhor por favor, já que o Governo é da sua cor política, e o senhor foi Deputado e é Deputado outra vez, use a sua influência junto deste Governo, porque há muitos anos que o processo está lá instruído, aparentemente, e pelo menos para o nosso Concelho veja se consegue uma classificação de âmbito nacional, que isso era algo que nos confortava bastante. -----

Senhor Deputado Deolindo Caetano aquela questão que falou das áreas protegidas verso paisagem protegida, no artigo 11º no ponto 2 diz: «sem prejuízo no artigo 6 as áreas protegidas classificam-se nas seguintes tipologias: parque nacional; parque natural; reserva natural; paisagem protegida; monumento natural», e é daí a nossa proposta. -----

A área protegida é uma classificação de âmbito geral que depois tem várias categorias, uma delas é paisagem protegida, e é esta paisagem protegida que é diferente de um monumento natural, reserva natural. Por exemplo, o Parque Nacional do Gerês é uma área protegida, o Parque Natural de Montesinho é uma área protegida, têm tipologia diferente mas são ambas áreas protegidas. -----

Aqui a tentar classificar a nossa área protegida como sendo de paisagem protegida. -----

Relativamente à questão que colocou o Deputado José Carvalho, se há, ou se houve, alteração nos limites face à proposta que aqui está é para isso mesmo que servirá a discussão pública que se segue, além dos instrumentos que o Senhor como Presidente de Junta tem sempre que pode usar. O que não obsta que não seja aprovado isto e depois sejam feitas várias alterações, o processo prevê precisamente a participação de todos, e o Senhor como Presidente de Junta tem até outras formas diferentes que não a discussão pública para intervir. -----

Finalmente a proposta do Deputado Diomar, nada obsta a que venha aqui à Assembleia Municipal, de facto não precisava de vir aqui à Assembleia Municipal nesta altura, poderia ir da Câmara para a discussão pública, e

depois voltava à Câmara e depois voltava à Assembleia Municipal, mas temos que nos entender se queremos mais discussão ou menos discussão. – O Deputado Deolindo Caetano defendeu que ele deveria vir com mais tempo, ela vem outra vez, ela vai ser discutida, nós estamos a seguir o procedimento.” -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Um esclarecimento ao Senhor Vereador, obviamente que aceito o desafio, devo-lhe dizer que já inclusive subscrevi um projecto do PS para protecção desta zona. -----

Uma correcção não foi só o PCP que apresentou projectos na Assembleia da República para criação, o PS também, o Dr. Carlos Lage e o Dr. Afonso Lobão apresentaram projectos na assembleia da República, não foram aprovados isso é outro problema, ninguém aqui nesta sala desconhece que não é muito fácil criar, ou dar esse estatuto a estas áreas. -----

Porque obviamente, e a questão é esta, obviamente quando nós aprovamos um estatuto legal para um território, isso vai afectar, logo à partida, a propriedade da terra, aquelas terras, este território tem donos, tem proprietários, públicos, privados. Obviamente que os períodos de consulta pública, ninguém aqui, se fossemos todos proprietários daquela zona iria ficar muito satisfeito se de repente leva-se com uma classificação de protecção, naquele território, que traz responsabilidades, que limita a possibilidade de actuar no território, sabendo de repente sem sequer poder expressar o seu ponto de vista. -----

É por isso que a lei prevê, em relação a determinadas questões, a lei prevê exactamente os períodos de consulta pública para isso mesmo, entenda-se, para a pessoa se defender, para a pessoa expressar interesses que tem, legítimos. -----

Portanto, reparem bem, imaginemos que nós hoje aprovávamos aqui, por acaso eu acho que o bom senso está a prevalecer nas palavras do Senhor Vereador, aprovávamos aqui este documento, imagine que daqui por um mês ou dois apareciam aqui três ou quatro proprietários a impugnar esta decisão, é porque podem mesmo impugna-la, o que está na lei é que a consulta é obrigatória, era uma chatice. Não abonava muito bem, para já não abonava nada favoravelmente à Assembleia, mas também não abonava à Câmara e aos serviços da Câmara. -----

Portanto eu vinha aqui só dar uma explicação, vinha aqui também pedir uma posição da Senhora Presidente. -----

Senhora Presidente com aquela frontalidade que me conhece, que tenho, a Senhora Presidente sendo Presidente também é candidata a Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, eu não acredito que gostasse, eu imagino-a como Presidente da Assembleia com o feitio que tem, que nós sabemos,

deixar passar isto assim ao lado sem lhe darem cavaco, era bom que a Senhor Presidente também se pronunciasse sobre isto. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a seguinte intervenção: -----

“Salvo melhor opinião e atendendo à abertura que a Câmara Manifestou, dizendo que o documento viria aqui, e atendendo às palavras sábias do Deputado José Manuel, não há dúvida nenhuma que uma situação destas pode ser impugnada, portanto qual é o problema se nós aprovar-mos o envio deste documento para discussão pública? -----

Aprovar para discussão pública a presente proposta. -----

É diferente nós aprovarmos a proposta e depois passá-la à discussão pública, a discussão pública, ainda agora o Presidente da Junta de Campo disse que há um imbróglio ali de áreas. -----

Portanto o que nós estamos aqui a aprovar é de facto a paisagem protegida, ou seja se depois houver qualquer problema vamos ter que aprovar outra vez, o que eu quer é que nós temos aqui uma proposta, é a proposta da Assembleia, a proposta vai para discussão pública e depois volta à Assembleia, e nós assim definitivamente aprovamos a proposta.” -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu penso que percebi qual é a questão, o que está aqui nesta deliberação, isto é o que foi aprovado em reunião de Câmara, e a Câmara propõe que vá para a Assembleia, que depois tem que ter período de discussão pública, está tudo aqui, o processo está todo aqui.” -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Se me permitem, se calhar estamos a ler isto às prestações, eu acho que é importante, e que fique aqui bem claro se tivermos que tomar aqui uma posição, acho que toda a gente entendeu o que está aqui escrito. -----

Parece-me que de forma clara está aqui, se não está nós reafirmamos esta posição, o que de facto, parece-me que foi aprovado na Câmara, propôs-se vir à Assembleia. -----

A tramitação processual, eu julgo, não quero aqui discutir, não me cabe a mim dizer como é que ela é ou deixa de ser, eu julgo que ela está definida em lei e é assim com certeza que se vai processar. -----

O que acontece neste momento é que de facto ela vai ser colocada à discussão pública, ela só veio aqui à Assembleia, julgo, pelo parecer jurídico, como disse o Senhor Vereador ela nem necessitava cá vir, ia para discussão pública e só depois vinha à Assembleia. -----

Ou seja, que fique claro que não está aqui em causa o direito a reclamação que possam vir a ser feitos pelos proprietários locais, não está em causa isto, ela vai ser colocada à discussão pública, nós estaremos dispostos na Assembleia a reafirmar esta posição, tem que ser proposta à discussão



pública segundo os tramites legais que estão definidos, que não é posição de cada um de nós, há um Departamento Jurídico para essa área, e depois virá novamente à Assembleia.” -----

O **Senhor Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu vou ler os artigos, é que é taxativo, diz assim: «a classificação é obrigatoriamente precedida de período de discussão pública, visando a recolha de observações e sugestões, sobre a classificação da área protegida, devendo durante o mesmo período ser também promovida a audição das autarquias locais envolvidas. -----

A abertura do período de discussão pública é feita através de aviso a publicar no Diário da República, e a divulgar através da comunicação social, e da página da Internet da autoridade nacional, do qual consta a indicação do período de discussão, e dos locais onde se encontra disponível a proposta final de classificação, e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações ou sugestões. -----

O período de discussão pública deve ser anunciado com antecedência mínima de dez dias, e não pode ser inferior a vinte nem superior a trinta.» ----

Eu pergunto-me este processo está claramente mal instruído, não custa nada reconhecer isto acontece. -----

Agora a pergunta é esta, qual é o problema de retirar o processo para ser bem instruído? -----

Já se percebeu que hoje não pode ser aprovado, porque eu pelo menos não voto, porque estaremos a violar a lei. -----

Se um Município com interesses directos, um proprietário, impugnar o que acontece hoje aqui ficamos todos mal na fotografia, e a Senhor Presidente tem obrigação de deixar que isso não aconteça, acho que o mais sensato hoje é retirar o processo, qual é o problema? Estamos todos de acordo com a criação da área.” -----

O **Senhor Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --

“Mais uma vez eu tenho que repetir que de facto estamos em fim de mandato, e de facto vale tudo, eu passo a ler parte da proposta aqui em questão: -----

«Depois de aprovada a proposta, deverá ser dado cumprimento ao estipulado no artigo 14, n.ºs 4, 5 e 6, conforme prevê o n.º 3 do artigo 5º, do mesmo D.L., procedendo-se à abertura do período de discussão pública.» -----

Se o Deputado José Manuel Ribeiro pretende que aqui seja transcrito, transcritos estes artigos, parece-me mais uma vez uma questão de preciosismo. -----

Toda a gente aqui já percebeu que isto será aprovado pela Assembleia Municipal, para ser sujeito ao período de discussão pública onde os municípios poderão pôr em consideração os seus direitos e todas as questões em dúvida. -----

Por isso eu ousou fazer o seguinte eu faço um requerimento à Mesa para que se proceda de imediato à votação deste ponto, porque eu não vejo fundamento nesta discussão. -----

Mais uma vez estamos numa questão de preciosismos estamos aqui às voltas a discutir a mesma questão, e por falta de fundamento eu faço um requerimento para que seja feita a votação imediatamente.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Um requerimento destes exige que de facto se passe de imediato à votação, eu acho que estamos aqui todos de forma consciente uma proposta que é muito importante, eu aceito, o Deputado Daniel Torres retirou o requerimento, aceito a suspensão da reunião por cinco minutos para discussão deste ponto.” -----

Retomada a reunião a **Senhora Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Proposta de Alteração apresentada pelo Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos anexa à presente acta como Doc.5, que foi admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** informou que se fica-se expresso em acta que aprovado o documento vai a discussão pública e volta à Assembleia Municipal retirava a sua proposta de Alteração. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

“Como isto vai ficar em acta resolve tudo ao mesmo tempo. -----

A proposta que aqui está não oferece dúvidas, se oferece ficam sanadas, que a seguir a este acto vai para discussão pública, a cumprir rigorosamente o decreto, como não podia deixar de ser, que faz parte da proposta que aqui está. -----

Foi aprovado em Câmara está agora aqui, vai para discussão pública, a seguir torna a ir a reunião de Câmara e torna a vir aqui para aprovação final. “

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** retirou a Proposta de Alteração anexa à presente acta como Doc.5. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Proposta Alteração apresentada pelo Grupo Municipal do BE e anexa à presente acta como Doc.4 que foi admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a esta assunto foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação o ponto 2.3 Proposta de classificação da Serra de Santa Justa e Pias como paisagem protegida local, sendo aprovado da seguinte texto na Minuta de Aprovação: -----

«Analisado o assunto em epígrafe foi deliberado, por maioria, aprovar a Proposta de Classificação da Serra de Santa Justa e Pias como Paisagem Protegida Local, com a ressalva de ser levada a Discussão Pública e

posteriormente voltar à aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 31 votos a favor, sendo: 13 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 13 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 1 voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU, 1 voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e 1 voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas; -----

Abstenções: 1 abstenção do Deputado José Manuel Pereira Ribeiro; -----  
Pelo Grupo Municipal do BE foi apresentada uma Proposta de Alteração anexa à presente Minuta de Aprovação, que foi aprovada por unanimidade. --  
A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para efeitos de execução imediata.” -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu voto abstenção, porque em primeiro lugar este processo está mal instruído, o que pode trazer futuramente problemas a esta Assembleia Municipal. -----

Vota abstenção porque este processo, como foi aqui claro durante a discussão obedece a uma pressa claramente ligada ao processo de campanha eleitoral. -----

E voto abstenção porque se percebeu claramente nesta discussão que a Câmara conduziu o processo, não quis trazer aqui a esta Assembleia um documento mais robusto, um documento já com opinião de outras forças, designadamente associações, e autarcas, em concreto as autarquias de Campo e Valongo, o que como foi durante a reunião percebido teria trazido aqui outro tipo de informação, o que claramente enriqueceria a nossa discussão.” -----

De seguida entregou à Mesa uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à apreciação o ponto 3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 4. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2009 – Apreciação; não se verificaram intervenções relativamente a este assunto. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 5. Recurso para o plenário da Assembleia Municipal do indeferimento da Mesa ao recurso apresentado pelo

Partido Socialista, sobre a marcação das faltas injustificadas às reuniões de 29 de Abril e 25 de Maio de 2009. -----

Pela Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. ----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: ----

“Ouvi atentamente as palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e fico de facto admirado que tenha coragem de dizer aquilo que disse. -----

Porque se houve respeito pelo PS por esta Assembleia, pelos eleitores não há com certeza nada a apontar, desempenhamos o nosso mandato com dignidade, com respeito, com dedicação e discussão, acalorada por vezes, dos assuntos que aqui foram trazidos. -----

É evidente que o nosso recurso é legítimo, tem toda a razão de ser, e no que a senhora diz não disse tudo, não disse a verdade toda. -----

O PS quando saiu da reunião da Assembleia não provocava o encerramento da Assembleia, a Assembleia Municipal tem trinta e dois elementos, o PS tem catorze, mas, ficavam dezoito, como é que pode dizer em consciência e sem receio de faltar à verdade, que a saída do PS provocava o encerramento dos trabalhos. -----

Senhora Presidente, em Portugal, e bem, vigora no regime jurídico o primado da lei, não sei se V. Exa. sabe o que é isso? Mas, eu vou-lhe dizer. -----

O primado da lei quer dizer que ninguém pode sem que haja uma lei que preveja exactamente aquela situação. -----

A Senhora diz que até nem foi por causa dos pareceres que manteve a decisão de considerar faltas injustificadas, mas por ter feito uma interpretação extensiva do artigo 54 do Regimento. -----

Eu julgo que ocorre uma interpretação extensiva quando se entende que o legislador disse menos do que aquilo que queria dizer. Mas, para que haja uma interpretação da lei e se possa concluir que ela é extensiva, ou não é extensiva, ou restritiva como interpretação normal, é necessário que na letra da lei haja o mínimo de correspondência verbal ao sentido que o interprete quer atribuir. -----

Agora eu pergunto, no artigo 54 em que estão estabelecidas, rigorosamente, exactamente, as faltas que, os factos que podem ser considerados faltas, diz assim: -----

«Deverá considerar-se falta: -----

a) A não comparência de qualquer membro às sessões ou reuniões da Assembleia Municipal para as quais se encontre convocado;» -----

De onde se pode tirar daqui que há obrigação de votar? Há aqui alguma palavra que permita chegar a essa conclusão? Não há. -----

Se as pessoas tivessem, se V. Exa. tivesse consciência do que é uma interpretação extensiva, eu digo-lhe como se diz na gíria jurídica não cometia esta barbaridade. -----

O prazo de três meses que aqui vem referido, num parecer, na resposta que foi dada ao PS, e que indeferiu o recurso, não se aplica aqui. -----

A Assembleia Municipal rege-se por uma lei específica, uma lei que contempla os casos especialmente aplicados, disciplina os casos da Assembleia Municipal, a lei prevê que das decisões da Mesa haja recurso para o plenário, e não diz qual é o prazo. Se não diz qual é o prazo foi porque se entendeu que não se devia dizer, e eu entendo, e muito boa gente entende, que o prazo é o seguinte, o recurso deve ser feito na reunião que se segue ao facto que é impugnado. -----

É verdade que no dia 29 de Maio notificou os eleitos do PS, que tinha sido considerada falta injustificada o abandono da Assembleia. -----

Todavia, e como também sabe, e não devia ter dito aquilo que disse, não foi feito o enquadramento legal da situação. -----

A Senhora faz referência ao artigo 46, n.º 1, alínea a), que é da competência, refere-se à competência da Mesa da Assembleia, e faz referência ao artigo 54, n.º 1 alínea a), que é o envio da comunicação da falta ao Ministério Pública, não é o enquadramento legal desta situação. -----

A Senhora o que devia ter dito era que, os eleitos do PS abandonaram a sala e é considerada falta injustificada, porque há uma lei, há uma norma, há uma alínea, um número, que prevê que o abandono da Assembleia antes de se proceder à votação é falta injustificada, a Senhora não fez isso. -----

E por isso nós impugnamos este despacho, justificamos a nossa posição e a Senhora respondeu, no dia 30 de Junho deste anos, ou seja no dia a seguir à reunião que nós aqui tivemos, porquê? Para que nós não pudéssemos apresentar o recurso hierárquico na reunião de Junho, nós não andamos a dormir. -----

Mas há mais, os prazos contam-se a partir da altura que é dada resposta completa àquilo que está aqui em causa, na notificação a Senhora não fez o enquadramento legal desta situação, veio depois na resposta datada de 30 de Junho, dar essa resposta, ora o prazo de seis meses conta-se a partir da altura em que é dada a resposta completa, 30 de Junho, o recurso foi apresentado em 17 deste mês, de Setembro, está muito em tempo. -----

Mas, como digo, o recurso hierárquico não é um recurso contencioso, nem se pretende que o seja, o recurso hierárquico é um recurso que está previsto na lei para os casos da Assembleia Municipal, e não tem prazo fixado. -----

Por isso entendemos, continuamos a entender, o indeferimento do recurso apresentado em 17 de Junho é ilegal, não tem qualquer fundamento, e portanto nós apresentamos este recurso do recurso que já tinha sido apresentado. -----

Entendemos que a razão está do nosso lado, cumprimos a lei, apresentamos um recurso dentro do prazo, e o direito que exercemos é legítimo, estamos convencidos de que os Senhores Deputados têm o mesmo entendimento e

por isso vão julgá-lo, sempre em nome da coerência, da imparcialidade, e das práticas que têm sido seguidas nesta Assembleia. -----

Eu recordo que ainda hoje foram chumbadas duas actas da Assembleia porque, as pessoas que se ausentaram da Assembleia não tiveram o mesmo tratamento que nós. Isto é, como aqui foi dito, um acto persecutório e não tem nada de coerente, nem de imparcial.” -----

De seguida entregou à Mesa um documento que se anexa à presente acta como Doc.8, -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção: --

“Eu tenho aqui dois pontos para abordar. -----

Em primeiro lugar a parte do politico, se me permitem dizer o seguinte. -----

Q reunião a que se reporta o conteúdo do recurso aqui discutido realizou-se a 29 de Abril, o recurso interposto pelo Grupo Municipal do PS, foi apresentado a 17 de Setembro, há duas formas distintas de olhar para a data de 17 de Setembro. -----

Por um lado foi quatro meses e meio após a reunião em que o objecto do recurso sucedeu, três meses e meio após a notificação da decisão da Mesa, o que justifica a extemporaneidade da interposição de recurso. -----

Por outro lado 17 de Setembro, é uma data que fica a menos de um mês das eleições autárquicas, cada um terá a leitura que entender, a leitura que o PSD/PP faz, e até prova em contrário, é que toda esta celeuma se deve a uma manobra de chicana politica de fogo de artifício eleitoral. Toda esta situação se constitui como paradigma do que é forma do PS fazer politica. ----

O efeito útil deste recurso é nenhum, estamos em fase final de mandato, e a verdade é que me parece que isto é para distrair o eleitorado, pois não acredito que é só para os Senhores Deputados receberem a senha de presença. -----

À falta de base jurídica para fundamentar a sua decisão o PS adiciona uma dose de arrogância e má educação, podemos politicamente ou juridicamente mas daí a partir para o insulto vai uma ténue mas profunda diferença, que distingue os respeitadores dos rudes. -----

Expressões com: a Mesa por muito sábia e industriada que seja, que nem é o caso; outro exemplo: por matreirice e quem sabe de má fé; outro caso: a Mesa não sabe o que é uma interpretação extensiva, e se soubesse não teria escrito essa barbaridade; e por fim: a decisão da Mesa é ridícula, tacanha, expressões como esta em nada dignificam esta Assembleia, bem pelo contrário, não passam de expressões malcriadas às quais falta elevação e já agora um bom português. -----

Este recurso visa fragilizar a posição da Mesa da Assembleia, e em especial da posição da Presidente da mesa da Assembleia, custa-me acreditar que isto é para fragilizar a Dra. Sofia Freitas, que candidata à Junta à Junta de Freguesia de Valongo, e como um reconhecimento tácito do receio do PS que tal candidatura saia vencedora a 11 de Outubro, como irá acontecer. -----

Na questão jurídica eu anotei aqui três questões que o Senhor Deputado que me antecedeu referiu. -----

Donde é que se pode tirar a obrigação de votar, e que isso é violação de uma putativa interpretação extensiva, ou melhor que essa violação extensiva não existiu. -----

Feliz ou infelizmente nem sempre a lei nos oferece a solução legal de bandeja, como o senhor Deputado certamente sabe, quem estiver à espera de encontrar soluções cabais na lei para cada situação, facilmente ficará desiludido. -----

Se a votação não fosse obrigação de um Membro de um Órgão Colegial, então este não poderia funcionar, como refere o CPA no seu artigo 22º «Os órgãos coligias só podem, regra geral, deliberar quando esteja presente o maior do número legal dos seus membros com direito a voto». -----

Um Órgão Colegial forma a sua vontade com base na discussão e materializa tal vontade nas deliberações que ocorrem por via da votação, vem lembra o PS que a lei 29/87, de 30 de Junho, no seu artigo 4º n.º 3, estabelece a obrigação dos eleitos de participarem nas reuniões dos Órgãos Autárquicos.

Ora, tal não terá cabimento pensarmos que tal participação se pode limitar à presença física, e não pressupor a participação activa dos eleitos, nomeadamente intervindo na discussão, e finalmente votando contribuído assim para a formação da vontade do Órgão em questão. -----

Aqui não me parece que tenha grande validade jurídica, a verdade é que a resposta veio manter a resposta inicial, a resposta a esta contestação que aconteceu a 30 de Junho veio manter, ou seja, a decisão e o acto administrativo de que vão recorrer, é de facto o primeiro acto administrativo que foi tomado muito antes, ou seja o prazo não começa a contar a 30 de Junho. -----

Quanto à última questão eu não queria, eu não vos queria maçar quanto à questão do prazo ser de três meses, ou não, mas a verdade é que estamos aqui perante um recurso hierárquico impróprio, em que, e sendo também um recurso hierárquico facultativo segundo o artigo 58º do CPTA, estaremos aqui perante um prazo de três meses, e não me parece que possam haver muitas dúvidas quanto a isto. -----

O PS teve a oportunidade de recorrer, não recorreu em tempo, não tem agora oportunidade para recorrer, a não ser contenciosamente, isso fará o que entender.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“A posição que o BE tomou neste processo, foi uma posição política, com todo o respeito pelos partidos que enveredaram pela questão judicial, nós tomamos sempre uma posição política, e tomamos com a coerência com aquilo que defendemos. -----

Venho aqui, de facto, dizer à Mesa que também ela fez uma colagem politica em todo este processo. -----  
Começamos logo, vejam lá, na emissão das faltas injustificadas, passado três dias daquela Assembleia já estávamos todos a receber a falta injustificada, nem sequer se deu tempo para que os Deputados pudessem, eventualmente, justificar a falta, que é um prazo de cinco dias para poder justificar a falta. ----  
A pressa era tanta, havia que injustificar, não sei qual era a intenção, se era sacar o dinheiro ao pessoal, ou não, mas de facto havia logo, passado três dias estávamos a receber, isto não é normal. -----  
De facto, a Mesa tem esta colagem, e tem esta colagem porque depois há todo o processo, e alinha de facto, vocês vejam bem que no dia a seguir à Assembleia, a Câmara vem dizer que vai entrar com um processo em Tribunal, acusando os Deputados de obstatualizarem um processo que prejudicava os Valonguenses. -----  
Mas, isto, à tarde estavam a telefonar estava a telefonar para os partidos, como aconteceu comigo, para ter uma reunião para se chegar a conversações e entendimentos. -----  
A seguir a colagem da Mesa o que é, é de facto vir dizer exactamente a mesma coisa, que a atitude dos Senhores Deputados prejudicou processos que estavam em discussão e que iriam ser atrasados, porque deixavam de ser votados, e iam ser atrasados pela atitude dos Deputados, nem sequer se colocou como Mesa que é eleita por esta Assembleia, e deixou que fosse um Órgão que é a Câmara, que não tem nada a ver com esta Assembleia, a fiscalizar o trabalho desta Assembleia. -----  
Esta colagem foi de tal ordem que não teve uma palavra sequer de ir contra esta situação, e parece, não vou mencionar nomes, houve de facto partidos que inclusivamente acharam que de facto isto não tinha sido bem feito. -----  
Mas ainda há outra questão, toda aquela situação passou-se já com o adiantado da hora, que poderia eventualmente colocar-se à discussão se a Assembleia devia continuar ou não, e poderia também a Mesa convocar uma Assembleia para passado dois ou três dias para resolver os assuntos pendentes. -----  
Portanto, é falso vir declarar-se publicamente que os Deputados prejudicaram o andamento de documentos que eram importantes para a vida dos Valonguenses, e é aqui a grande colagem politica da Mesa ao Executivo Camarário. -----  
Portanto a partir daqui não se pode estar a falar que houve aqui conjugação de interesses, combinaram todos para sair, aquilo que houve foi uma tomada de posição dos Deputados, o BE sempre o afirmou nas suas intervenções, que votava contra, aliás que nem participava da votação de um documento daqueles. Porque achava que era uma falta de respeito com os eleitores e com os eleitos, que vão ser eleitos no próximo dia 11, a nossa intervenção foi sempre clara. -----



Mas, nós saímos da sala na altura da votação e entrei logo a seguir, até porque os meus documentos ficaram todos ali, quando entro novamente na sala está a Senhora Presidente a dizer que a reunião está encerrada por falta de quórum. -----

Portanto, a minha ideia, se um Deputado só, em trinta e dois, causa a falta de quórum, acho que é aquilo de que fui acusado, portanto não vejo onde possa acontecer isso. -----

Depois há outra questão que de facto tem que ser vista, em várias Assembleias, pelo menos duas ou três, houve Deputados que saíram antes de votações, entraram depois de votações, estas coisas aconteceram e não houve nenhuma chamada de atenção, ou não houve qualquer punição para estes Deputados. -----

Portanto aqui é um processo político que está em causa, e para terminar, ao recusar, ao dar por indeferido um recurso apresentado pelo PS, neste caso, está mais uma vez a contribuir para o abafamento da discussão. -----

Um processo destes que teve todas estas nuances, em que houve estas trapalhadas todas, não reconhecer sequer o recurso para a decisão da Mesa, isto é uma colagem em demasia da Mesa da assembleia Municipal ao Executivo Camarário, esta é a grande realidade, e esta é a nossa posição.” –

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----  
“Vem aqui o Deputado Daniel Torres dizer, neste caso virado para o Dr. Casimiro, que o Senhor era obrigado a votar, porque a lei diz isso, e por isso levou falta. -----

Ora, o senhor Deputado Daniel Torres, cometeu o mesmo crime, e foi sobre o mesmo assunto, e não foi condenado, podiam ter arranjado outro advogado, francamente, qual é a coerência de uma pessoa que comete o mesmo crime, vem como advogado de acusação, isto não tem ponta que se lhe pegue. -----

Depois leu um documento, esse documento eu já tinha tomado nota na quinta-feira, esse documento já é um bocado ressequido. -----

Mas vamos ao assunto, há aqui uma questão política, e outra questão jurídica que a Mesa quis enveredar por essa questão, embrulhou-se, tanto quis agradar ao Senhor, que embrulhou-se. -----

Primeiro aqui já foi dito, e hoje já foi dito, e há uma palavra que anda aí que é barbaridade, e hoje já foi dito mais uma barbaridade, nós recebemos a falta, em que a lei diz que os Membros da Assembleia têm cinco dias para justificar a falta, nós ao terceiro dia já tínhamos a sentença, já tínhamos em casa uma carta registada com a falta, por isso logo, não há hipótese de recurso. -----

Mas hoje foi dito que depois de receber a carta nós ainda tínhamos mais cinco dias para justificar a falta, não sei onde é que isso está escrito. -----

Agora o importante disto, e eu pedi várias vezes, para a questão legal que fosse entregue a todos os Membros onde foi marcada a falta, a deliberação o dia, a data, e a presença da Mesa da Assembleia onde foi considerada a falta. Esse documento tem que aparecer, essas deliberações da Mesa têm

que existir, uma acta dessa deliberação da Mesa, se for para Tribunal tem que haver documentos, e a Mesa não vai chegar lá, onde é que está a deliberação escrita? Acontece como o Deputado Daniel que ficou logo preso, então vocês tomam a decisão e não fazem uma acta sobre um assunto com esta gravidade? -----

Depois há outro documento que foi-nos apresentado na quinta-feira, eu até escrevi aqui a palavra que às vezes podia-me enganar, é um documento apócrifo, isto não se usa muitas vezes, em que aparece aqui um parecer da Mesa da Assembleia em que não tem papel timbrado, não existe nada e tão pouco está assinado. -----

Um parecer a dizer porque é que o recurso não podia ser aceite, mas isto alguma vez, quando a Mesa quis entrar num processo jurídico apresenta um documento destes? Eu não quero utilizar o termo que já foram utilizados aqui muitos termos. -----

E quanto foi dado aqui de passagem, não foi para mim, foi para o PS, mas que os Deputados em geral deviam ter um comportamento, o comportamento que um Deputado eleito o mais nobre deve tomar, é no compromisso que tomou quando se propôs ao eleitorado, e foi eleito pelo eleitorado, esse compromisso é que é para cumprir, esse é que é o principal de um eleito. ---- Por isso essas questões de carácter de ética deixemos ter o livro fechadinho, pois temos mais coisas com que nos preocupar. -----

Por isso o problema politico que era não deixar passar aquela proposta, que foi mal intencionada pelo executivo em metê-la da maneira que meteu, hoje ia cometer o mesmo erro, e os Deputados do PSD iam outra vez forçar, iam outra vez fazer a asneira, daquela asneira que aconteceu. -----

Politicamente aquele documento não foi aprovado, foi reprovada a proposta da Câmara, politicamente o assunto foi resolvido, e chegou-se à conclusão que se aprovasse-mos naquele dia era um acto que não devia ter acontecido, até o Deputado Daniel Torres se recusou a votar essa proposta. -----

Por isso politicamente e eticamente os Deputados que não deixaram passar aquela proposta, naquele dia em que se ausentaram da sala para não votarem, para não votar e não se ausentar da sala, fizeram e tomaram um compromisso com o eleitorado e cumpriram o compromisso de quando foram eleitos. -----

Por isso a proposta foi chumbada, se fosse aprovada naquele dia, chegamos todos à conclusão que passado mais um mês, com mais discussão, houve mais gente na Assembleia que achou que a proposta que não servia, e por isso teve uma votação muito maior do que aquela que pensava-mos que ia ser expressa. -----

Por isso politicamente, ainda bem que os Membros da Assembleia se ausentaram, ainda bem, para bem da democracia e da clarificação de uma proposta. -----

Outra questão, que eu não posso deixar, uma coisa que fique, quando foi das actas, o tratamento tem que ser igual, e se for perdoada a falta ao PS eu também quero que a falta me seja perdoada, está gravado, já no principio da reunião eu disse que o tratamento tem que ser igual. -----

É lamentável a Mesa é que quis entrar por aí, a Mesa teve todas as hipóteses, mais foi mais sensível o executivo Camarário depois do que aconteceu quis negociar com a oposição, mas a Mesa não, chamou lá os Líderes no outro dia e diz tal dia vai haver Assembleia Municipal. E fomos nós que dissemos Senhora Presidente o Vereador quer conversar connosco quer ver se temos propostas e a senhora está a forçar outra Assembleia? Não deve ter mais cuidado nisto? -----

Os cuidados eram tantos, os agrados ao senhor eram tantos que deu no que deu, mas em, politica, e que fique bem registado, eu espero continuar na politica, mas aquilo, tenha muitos ou poucos votos, mas aquilo a que me comprometo com o eleitorado e para levar ao fim e para servir durante o mandato. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhor Deputado Daniel Torres, eu até gosto de o ouvir, parece-me ser, desculpe-me a expressão, mas a distância que nos separa em idade é tanta que eu atrevo-me a dizer que me parece ser um rapaz sensato, estou convencido disso, espero que não me tome a mal este tratamento este tratamento mais coloquial que eu tenho consigo. -----

O Senhor diz aqui que a apresentação deste recurso que só tem um fim que é fragilizar a posição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Eu acho que não diz isto sentido, não é isto que o Senhor quer dizer, acha que o PS tinha necessidade de recorrer a isso. -----

Quanto ao estilo utilizado eu digo-lhe que ele é o adequado às circunstâncias, quando eu que a Mesa, que não era o caso de muito, e não é, nenhum de nós é, eu não sou, sou jurista, sou advogado, tenho alguns anos de prática, alguns conhecimentos, mas estou muito longe de saber tratar as coisas legalmente, ou fazer lei, como foi o caso, que criou uma lei. A Mesa criou uma lei para aplicar a este caso, para tratar este caso, foi criar uma lei, e a Mesa por muito brilhante que seja não tem competência para isso, não tem competência no sentido de poder, e competência também no sentido de saber, eu não sei, julgo que ninguém aqui sabe, tanto quanto eu sei não há aqui professores de direito, ou com teses brilhantes apresentadas sobre questões jurídicas. -----

Estilo adequado, o estilo foi o adequado, às circunstâncias, e a dar voz à indignação da forma como foi tratado este processo. Repare que não há exemplo nenhum ao longo de quatro anos que tenha sido tratado coisa igual, e no entanto toda a gente sabe que muitas pessoas não votaram, que abandonaram a Assembleia antes dela terminar, e não lhes aconteceu nada.

Por isso é que digo, em nome da coerência da imparcialidade, e permita-me que lhe diga, da justiça, este recurso deve ser aprovado.” -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não me vou aqui debruçar sobre questões jurídicas, quem sou eu para me debruçar sobre essa matéria, quando sou apenas um cidadão com a quarta classe, tenho que me abster de comentar questões jurídicas. -----

Mas já não estou impedido de comentar as políticas, e não há dúvida nenhuma que a atitude tomada pelos Senhores Deputados, na celebre Assembleia, de abandonar a sala, foi e é, na minha maneira de entender a democracia, um acto anti democrático, não há dúvida nenhuma. -----

Privaram esta Assembleia do seu funcionamento normal, tendo sido interrompida, com essa atitude contribuíram para um atraso significativo na resolução de algumas decisões, e também contribuíram para o agravamento monetário do Município, provocando mais uma ou duas Assembleia, tendo em conta que cada Assembleia custa alguns milhares de euros, é obvio que houve um prejuízo monetário para o Município. -----

Há uma coisa que tenho que dizer muito frontalmente, e só há bocado é que soube que o texto tinha sido redigido pelo Deputado Casimiro Sousa, na verdade Senhor Deputado isto ronda mesmo o insulto e a chicana política, e ofende as pessoas, não ofende só os três Membros da Mesa, ofende este Órgão, sinto-me ofendido da forma que o Senhor se dirige, da forma que o Senhor redige o documentos que aqui está. -----

E só por isso a forma como ele está redigido, da forma atrevida, para não dizer outra coisa, ele merece o meu inteiro repudio.” -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

“Confesso que não tinha rigorosamente intenção nenhuma de pedir para usar a palavra, mas depois do que ouvi aqui hoje, depois do que ouvi-mos aqui hoje, eu em boa verdade não me sentiria bem se não pedisse a palavra para expressar aquilo que sinto, e para concretizar aquilo que sinto. -----

Nós estamos num órgão político, nós fomos eleitos, não é fácil ser eleito numa lista de um partido e saber qual é a todos os momentos o melhor comportamento. -----

Eu acho que falo com algum à vontade, eu nem sempre votei de acordo com os meus colegas, mas assumi-o e vim aqui expressa-lo, e vivo bem com isso. Mas, de qualquer das formas não é esta a temática que me trouxe aqui, aquilo que me traz aqui é o seguinte: -----

É hoje obvio, este episódio é a melhor prova de que a Assembleia não funcionou bem, e mais em concreto que a Senhora, eu lembro-me há quatro anos quando a Senhora Presidente foi eleita sem querer, isto é uma interpretação minha, e todos nós nos lembramos da dificuldade que teve nos primeiros tempos. -----

O que é certo é que, eu pessoalmente achei sempre que a Senhora Presidente ia ser aqui um garante, porque apesar de virmos de partidos distintos tem que haver aqui um garante na figura da Presidente, e da Mesa, sob pena de não funcionarmos bem. -----

Mas o que é claro aqui hoje, nesta atitude persecutória, porque ficou claro isso, houve efectivamente aqui uma forma muito especial de tratar um determinado grupo de eleitos. -----

Eu nem quero pensar que tem a ver com a questão em apreço, com a célebre questão do concurso público, chumbado, dos 24 milhões de euros. ---

Bom, aquilo que me choca aqui é de facto a falta de isenção, que é uma obrigação de quem é eleito para as funções de Presidente da Assembleia, uma Assembleia seja ela Municipal ou de Freguesia. -----

Eu, não me querendo alongar porque, provavelmente, estarei a terminar o meu tempo, acho, como dizia no início, que estas coisas têm que ter consequências políticas, nós estamos num Órgão político, e quando nos portamos mal, quando não estamos à altura dos desafios, temos que sofrer as consequências políticas. -----

Portanto, eu gostava aqui de propor, vou fazê-lo por escrito, e posso fazê-lo já o confirmei na leitura do Regimento, um voto de uma Moção de Censura à Presidente da Assembleia deste Município e da Mesa, é que esta é a consequência política neste momento votar, eu estou neste momento a expressar oralmente uma proposta que vou pôr por escrito. -----

Eu proponho neste momento à Assembleia Municipal.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhor Deputado, desculpe, mas está neste momento a falar de um ponto específico, esse é outro ponto. -----

Senhor Deputado se quer continuar a sua intervenção vai restringir-se unicamente ao ponto que está em discussão. -----

Neste momento está em discussão um ponto e se o Senhor quiser apresentar a proposta posteriormente vai apresentá-la.” -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** fez a seguinte intervenção:

“Era apenas dar conhecimento de algumas notas sobre este ponto delicado, que me parece estar politicamente muito empolado, e tecnicamente não tenho capacidade para o analisar, mas não sei se o deverei fazer, porque aqui o que importa não é tão tecnicamente a questão, mas sim o sentido político deste ponto. -----

Há pouco o Senhor Deputado António Monteiro verberou a atitude da Senhora Presidente da Mesa, e neste caso certamente ele queria referir-se à Mesa no seu todo, a decisão foi da Mesa, mas importa personalizar, e o que é facto é que me parece que estamos a apoucar a importância da contestação, ou do recurso do PS. -----

A Mesa quando decidiu, decidiu em bloco, a decisão da Senhora Presidente da Mesa é inserida nesse contexto, e há parte legal de umas atitudes que ela isoladamente possa ser julgada, neste caso o PS recorre da Mesa, e daqui e dali é que manda umas bicadas aos comportamentos da Senhora Presidente da Mesa. -----

Mas, sejamos ponderados, o que está aqui em causa se é um recurso para a Assembleia, o que está em causa é o procedimento da Mesa, assim é que o PS dignifica o seu direito de fazer recurso, e nós decidiremos em conformidade, e não estar a julgar um acto isolado da Mesa neste contexto, Apesar de aqui ou ali sabermos que a Presidente da Mesa não abdica, nem abdicará até ao fim das suas responsabilidades. -----

Mas creio que é dar-mos uma importância neste momento descabida. -----

O Deputado Monteiro disse aqui, notificou os ausentes antes de decorridos cinco dias, o Deputado Monteiro, pelo que sei, e o Deputado José Deolindo Caetano, também se ausentaram juntamente com os Deputados do PS. -----

Ora, cai por terra o argumento quando há pouco o Deputado Azevedo disse, não mas nós o PS, os catorze, não é que provocamos a falta de quórum, então o Deputado Monteiro dizia eu sozinho é que vou provocar? O Deputado José Deolindo Caetano dizia, eu sozinho é que provoquei? -----

A pergunta é, uma Mesa, e não a Senhora Presidente, mas uma Mesa que tem que decidir quando dezasseis pessoas em trinta e dois se ausentam, de uma só vez, se aí se juntar alguém que tenha ido ao WC, eu pergunto a Mesa tem condições para continuar uma reunião? Mesmo que haja argumentos bizarros como aquele do Deputado Monteiro dizer, eu até tinha deixado os meus elementos de acompanhamento da Assembleia em cima de uma cadeira, como se isso fosse um argumento, para além de factual, um argumento politicamente interessante, é um erro do Deputado Monteiro podia deixar os documentos no café, ele não estava no café, estava na Assembleia, saiu porque diz não participou. -----

Isto de que vir aqui para uma Assembleia, ausentar-se de um ponto e não dizer nós não nos ausentemos neste ponto e votamos no ponto a seguir, eu não ouvi, mesmo que isso seja algo que vá confortar os argumentos do recurso do PS, eu não ouvi isto. -----

Temos que assumir, e de firma emotiva, a razão dos dezasseis elementos que saíram, como foi de forma emotiva saiu prejudicada. -----

O que acontece hoje, sem as emoções de há três meses, ou quatro meses atrás querem ter razão pela decisão emotiva que tomaram, vamos ver se é isto ou não que está em causa, não está em causa procedimentos porque a Senhor Presidente perguntou aos Senhores Elementos da Mesa se eles em lugar de notificaram em três dias após a saída, se notificassem em cinco ou seis, formalmente tinha razão. -----

Mas, a pergunta que se deixa no ar é esta, será que os Deputados do PS que se ausentaram, conscientemente, os Deputado da CDU e o Deputado do BE, vinham invocar, justificar que se ausentaram com outra razão que não esta? Será possível admitir que eles iam dizer à Mesa justifique a minha falta porque eu afinal sai que ia embora mas afinal ia ao WC? Ou então tinha um ABC próximo a entrar aqui na cabeçorra e fui-me embora. -----

Será possível que houvesse razão, arbítrio de pensamento de considerar os Senhores Deputados inocentes, de que vinham depois justificar porque é que saíram, quando disseram que saíam conscientemente para não participar naquele ponto dos tais 24 milhões? Como se esse 24 milhões não fossem tão só o montante de um contrato para oito anos, em que três milhões eram por ano aquilo que a Câmara gastava num contrato que foi discutido. -----

Essa proposta foi-se embora, o que está aqui hoje em discussão já não é a proposta tão importante para o Concelho, o que está em discussão, não são com certeza os trinta e poucos euros da falta, o que está em discussão é a Senhor Presidente que é atacada, exactamente por causa de não ser atenta, veneradora e obrigada. -----

De um momento para o outro a Senhora Presidente no fim do mandato fica com todos os defeitos à mercê de um recurso do PS como se isso fosse algo para reciclar, como se isso fosse algo para minorizar, como se fosse algo para dignificar a contestação e impugnação do elementos do PS. -----

Portanto, não é um julgamento por aquilo que os Deputados do PS, DCU, e BE fizeram, porque fizeram muito ao criticar a Câmara, ao recusarem algumas propostas da Câmara, mas também fica aqui um aviso, não me sinto ofendido quando a Câmara critica elementos da Assembleia Municipal. Porque nós não só criticamos a Câmara, e fazemo-lo com todo o à vontade, temos esse direito, como ainda deliberamos, nós podemos inclusivamente recusar o Orçamento. Então a seguir, e oxalá que não haja troca de Executivo, porque eu vou cá estar, e se houvesse troca de Executivo, se por azar houvesse troca de Executivo, eu levantava a minha voz para vos lembrar de que na altura vocês achariam razoável que a Câmara pudesse também discordar de decisões que a Assembleia tivesse tomado. A Câmara não pode criticar?" -----

O Senhor **Deputado José Luís Sousa Gomes** fez a seguinte intervenção: ---

“Eu só queria responder ao Deputado Deolindo Caetano, como eu fui o único a falar aqui nos resultados eu só faço um pedido ao deputado Deolindo Caetano. -----

Imagine só, todos se demitiam na votação nestes próximos quatro anos, em que ponto é que ficava o País?” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a seguinte intervenção: ----

“Com esta intervenção fiquei um bocado perdido, perdi um bocado o raciocínio. -----

Ficamos aqui mais uma vez, veio aqui o Deputado Jerónimo, não sei se foi como advogado de acusação mas como testemunha de acusação. -----  
Quando estamos a analisar um caso, o advogado, ou a testemunha de acusação pode enfim dizer uma parte, ou acusar uma parte, mas se a peça do processo for maior temos que discutir o processo todo, em termos jurídicos/tribunal, é assim. -----  
O que foi dito, ou que devia ser dito, é que, o que eu disse avisei a Mesa que não votava aquele ponto, por isso não me ausentei sem avisar a Mesa, não sei o que os outros Deputados fizeram, o que eu disse está em acta, vocês aprovaram, eu disse à Mesa que recusava-me a votar aquele ponto. -----  
Por mais de uma vez fiz o desafio à Vereação para retirar a proposta, para não acontecer o que aconteceu, a Câmara não retirou a proposta, depois a sessão estava a decorrer já passava meia hora do regimento, estava a decorrer ilegalmente, estamos a analisar as peças do processo judicial. -----  
Por isso quando se fala que os Deputados se ausentaram, quando se fala na falta dos três dias, estou a falar daquela sessão que não se efectuou por falta de quórum, em que passados três dias nós recebemos em casa a falta. -----  
O que eu não recebi, nem ninguém recebeu é a contestação à marcação dessa Assembleia, que eu considerei ilegal, até agora não obtive resposta, se foi legal ou ilegal, e o que diz a lei é que enquanto não for dirimido, essa contestação, a Assembleia não podia ser efectuada, mas nós não recebemos nenhuma resposta a esse processo. -----  
Ainda não recebemos, quando o Senhor Deputado dis que a Mesa, não há nenhum documento que diga que a Mesa tomou decisões, não existe nada, estamos todos a falar que a Mesa decidiu as faltas, mas não existe nenhum documento. -----  
Agora há uma coisa que eu concordo com o Deputado Albino Poças, que se isto passasse pela censura politica estava o assunto arrumado, e não devia ter passado disso, o grande problema, cada qual fazia a sua censura correcta ou incorrecta, fazia a censura politica por haver Deputados que se ausentaram da sala, e era assim que devia ter ficado. -----  
Eu faço em Novembro 28 anos de eleito, durante esses 28 anos faltei duas vezes, uma vez que parti uma perna na véspera, e outra vez porque na véspera morreu-me um familiar, por isso custou-me muito ter tomado aquela posição, e teria que aceitar a censura politica, o mal foi sair deste tom de discussão. -----  
O problema que aqui se diz que devemos aceitar a censura da Câmara, sim senhor, nós chumbamos um processo a Câmara tem todo o direito de fazer um comunicado e criticar a Assembleia, outra coisa é ameaçar-nos com Tribunal, outra coisa é a Mesa da Assembleia, e é os seus Deputados não se ter demarcado dessa medida de coação que o Executivo Camarário quis tomar, isso é que eu não posso, agora a censura politica todos nós temos



que a assumir, e era o tom que esta discussão devia ficar, o problema foi querer ser mais papista do que o Papa. -----

O Executivo a meter-nos em Tribunal, e a Mesa da Assembleia a chamar-nos faltosos, quando não teve o mesmo tratamento com outros elementos da Assembleia.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que tinha sido entregue, pelo Grupo Municipal do PS, um documento à Mesa, anexo À presente acta como Doc.9, para se passar de imediato à votação do ponto, colocando de seguida à votação o ponto 5. Recurso para o plenário da Assembleia Municipal do indeferimento da Mesa ao recurso apresentado pelo Partido Socialista, sobre a marcação das faltas injustificadas às reuniões de 29 de Abril e 25 de Maio de 2009, sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do grupo Municipal do BE, e quinze votos contra sendo, doze votos contra do Grupo Municipal do PSD, um voto contra do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto contra da Presidente da Assembleia Municipal e uma abstenção do Deputado António Artur dos Santos Pais. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a seguinte intervenção: -----

“Nós votamos contra não só por a análise feita através da discussão que aqui foi efectuada, mas particularmente pelo texto insultuoso, de que o texto se compõe.” -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

“A minha declaração de voto é em defesa da honra, em defesa da minha honra. -----

O Senhor Deputado não me ouviu falar individualmente na Senhora Presidente, falei sempre na atitude, na colagem da Mesa desta Assembleia, sempre. -----

Portanto, o que o Senhor disse aqui é falso, a minha relação com a Senhora Presidente sempre foi uma boa relação institucional e de bom entendimento, portanto não é isso, as questões que estão aqui são questões políticas, o que eu disse aqui, acuso a Mesa de fazer uma colagem política, isso está gravado.” -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a seguinte intervenção ---

“Os pontos que estavam na Ordem do Dia foram discutidos, terminados os pontos da Ordem do Dia, termina a Ordem do Dia. -----

Porque assuntos de interesse para a autarquia são discutidos no Período Antes da Ordem do Dia.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a seguinte intervenção: -----

“Não há Período Pós Ordem do Dia porque discutimos os pontos todos nos sessenta minutos. -----  
Senhor Deputado, eu lamento, de facto, e deixe-me só dizer uma coisa, é a última reunião da Assembleia Municipal, acho que nós deveríamos acabar de uma forma mais digna. -----  
Houve aqui muitas situações que não foram referidas em relação ao dia 29, inclusive não foi dito toda a verdade, todo meu papel desempenhado desde o dia 29 de Abril até ao dia em que se fez a reunião, isto não foi dito aqui. -----  
No próprio dia 29, quando eu interrompi a Assembleia, todo o meu papel, tentei fazer de moderadora neste processo, quando um Deputado do seu partido veio ter comigo, me telefonou, no sentido de tentar-mos resolver a situação e desbloquear toda a situação provocada dos Senhores terem abandonado, era fora de horas, de tudo, inclusive era um fim-de-semana e até aí eu tirei tempo à minha família para discutir o assunto. Para ver se havia possibilidade de nós discutirmos, neste momento não se está a dizer tudo às pessoas que aqui estão, porque de facto nós antes de passar-mos à votação, interrompi esta Assembleia, tentamos com os Líderes uma reunião em que chegássemos a um consenso, e não houve esse consenso. -----  
Posteriormente houve de facto da nossa parte quando o Senhor Vereador telefonou aos Senhores Deputados foi exactamente numa conversa que nós tivemos e de comum acordo sugerimos isso, o Senhor Vereador comprometeu-se a fazer e fez. -----  
Todo o processo até aqui foi sempre moderado por mim, e esta Assembleia durante estes quatro anos trabalhou, fez coisas que nunca se tinha feito numa Assembleia Municipal, não só nesta mas noutras Assembleia Municipais. -----  
Se houve incorrecções da minha parte nas minhas atitudes eu peço desde já desculpa a todos, mas houve de facto um trabalho de todos nós, não foi só meu, de todos nós, que tivemos durante estes quatro anos, um trabalho meritório que só ajudou a dignificar este Órgão, fez com que este Órgão, que é um Órgão democrático exercesse uma democracia participativa. -----  
Lamento sinceramente que nós acabemos esta Assembleia Municipal, ou este mandato desta forma.” -----  
De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2 e 2.3 que foi aprovado por unanimidade. -----  
Dando de seguida por encerra a sessão. -----  
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_